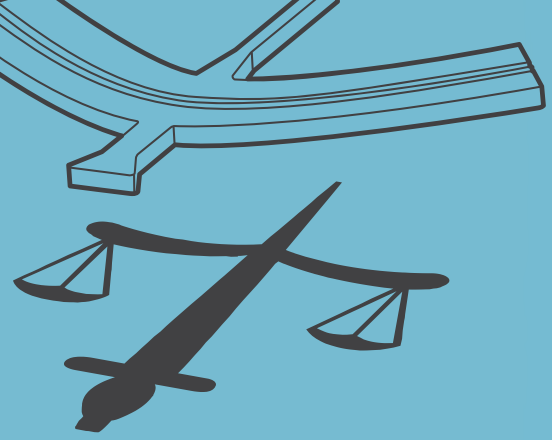
Projeto Memória

Ano XIV - nº4 - abril de 2021

MPDFT 60 ANOS

MP DFT Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



Expediente

Publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Praça do Buriti, Lote 2
Edifício-Sede do MPDFT
Brasília CEP 70.091-900
www.mpdft.mp.br

Procuradora-geral de Justiça
Fabiana Costa Oliveira Barreto

Vice-procurador-geral Institucional
André Vinícius Espírito Santo de Almeida

Vice-procuradora-geral Jurídico-Administrativa
Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Corregedor-geral
José Valdenor Queiroz Júnior

Chefe de gabinete
Moacyr Rey Filho

Secretário-geral
Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais
André Luiz Cappi Pereira
Georges Carlos Fredderico M. Seigneur

Ouvidor
Libanio Alves Rodrigues

Coordenação do projeto
Secretaria de Comunicação

Revisão
Samara Almeida

Diagramação
Secretaria de Comunicação do MPDFT
(projeto original: Via Comunicação)

Tiragem
3 mil exemplares, impressos na Gráfica Movimento

A Secom/MPDFT agradece ao Arquivo Público do Distrito Federal pela cessão das imagens históricas usadas na capa desta edição.

Índice

Editorial • **3**

Entrevista: Elza Lugon • **4**

Artigo • **6**

Casos históricos: Orla do Lago Paranoá • **8**

60 anos em números • **12**

Perfil: Rogerio Schietti • **14**

Por que o MPDFT? • **16**

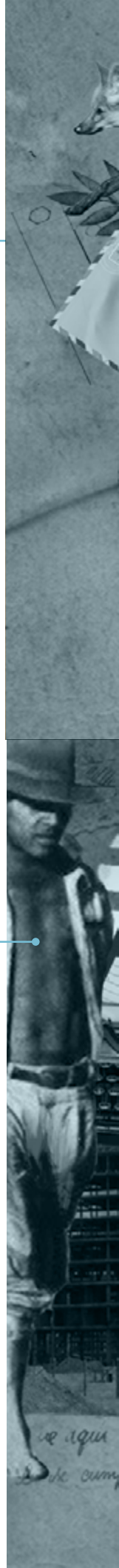
MP Hoje: o desafio da Covid-19 • **20**

Galeria: seis décadas de história • **22**

Capa

A capa desta revista é composta por uma colagem de elementos, figuras e personagens que remetem à atuação do MPDFT. Com predomínio da cor azul, uma referência ao céu de Brasília, escolhida para a marca da celebração dos 60 anos da Instituição, traz o retângulo do logotipo institucional em posição central.

O personagem em destaque é uma homenagem histórica à sociedade do Distrito Federal: o candango. Sob seus pés, a frase "que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra", encontrada em 2011 durante reforma nas lajes que dividem dois andares do Congresso Nacional. Escrita por um operário em 22 de abril de 1959, a lápis, é inserida aqui como um desejo atemporal. Representa os direitos da sociedade, já que é missão do MPDFT torná-los realidade.



Editorial

Esta quarta edição da Revista Memória celebra data emblemática para a Instituição: os 60 anos de atuação deste Ministério Público no Distrito Federal.

Seis décadas de dedicação a causas relevantes à defesa e à proteção dos direitos da sociedade do Distrito Federal. Uma história sólida, que se entrelaça com a memória da Capital da Federal, que se alinha às diretrizes do Ministério Público brasileiro no fortalecimento da democracia e da participação social.

Difícil relacionar todos os projetos, conquistas, vitórias e aprendizados em 60 anos de trabalho. Impossível destacar todas as pessoas importantes nesse percurso. Coube a nós a difícil missão de selecionar, nesta edição, algumas sublimes atuações de membros desta Casa durante esse período.

Uma delas é a prodigiosa atividade durante a elaboração da Constituição Federal, tendo como representante máxima a colega Elza Lugon. Contamos também com o precioso perfil do colega e amigo, ministro Rogerio Schietti, com sua trajetória singular nesta Instituição e extraordinário mister na área acadêmica.

Que as realizações e histórias contadas nesta edição reforcem o sentimento de pertencer e nos instiguem a prosseguir, inspirados nas reflexões sobre o passado, motivados a construir o presente e a planejar o futuro. Que a preservação da memória institucional sirva ao fortalecimento de valores que nos são tão caros e cada vez mais necessários à promoção da paz, da igualdade e do bem-estar social.

Boa leitura!

Fabiana Costa

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Nos bastidores do poder

Com papel de destaque durante a Constituinte, uma promotora de Justiça do MPDFT ajudou a criar o novo Ministério Público

Por Mônica Silva

Elza Rodrigues Lugon ocupa um lugar único na história do Ministério Público brasileiro. Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e vice-presidente da então Confederação Nacional do Ministério Público (Conamp) no período da Assembleia Nacional Constituinte, ela participou ativamente da definição dos rumos que a instituição tomaria. A promotora de Justiça aposentada recebeu a equipe da Revista Memória para contar um pouco de sua experiência.

Quais eram as expectativas do Ministério Público em relação à nova constituição?

A Assembleia Nacional Constituinte foi um momento longamente aguardado. Sonhávamos desenhar, no texto constitucional, um Ministério Público livre das peias do passado, que ainda nos vinculavam ao Executivo, e apto a trabalhar, com independência, pelo cidadão e pela sociedade. Com a instalação dos trabalhos, em 1º de fevereiro de 1987, tivemos 20 meses ininterruptos de imersão no Congresso Nacional.

Elza Lugon relembra sua atuação na Constituinte

Foto: Ed Ferreira/MPDFT

Como era esse dia a dia na Constituinte?

O trabalho envolvia diálogo permanente com os 559 constituintes, apresentação de emendas, acompanhamento dos trabalhos e reuniões com lideranças de outras carreiras jurídicas. Foram muitos momentos difíceis. Inicialmente, era preciso superar o desconhecimento a respeito do Ministério Público, o que exigia longas e pacientes exposições. Surgiram também dificuldades políticas: nos últimos meses de 1987, ganhou espaço, com enorme poder, o chamado Centrão, que conseguiu maioria de votos. O Centrão apresentou uma nova proposta que ignorava o texto já aprovado para o Ministério Público. Foi preciso recomeçar praticamente do zero. O período entre 7 e 12 de abril de 1988 foi o mais conturbado: nosso texto, prestes a ser modificado por novas emendas, foi à votação. A discussão foi seguidamente interrompida e adiada pela dificuldade de se chegar a um acordo. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, conduziu o processo com grande habilidade e paciência. Quando a discussão e a votação finalmente terminaram, foi um alívio para todos nós.

Quem eram as pessoas que trabalharam ao seu lado?

A conquista da atual disciplina constitucional do Ministério Público foi um trabalho de muitos, de um mutirão. Houve a participação de representantes de todo o Brasil. Os presidentes das associações estaduais vinham periodicamente a Brasília, em esquema de rodízio. Além disso, nós tínhamos um núcleo de atuação permanente, com presença diária dentro do Congresso. Éramos quatro: além de mim, participavam Antonio Araldo Ferraz dal Pozzo e Walter Paulo Sabella, presidente e secretário-geral da Conamp; e o procurador paulista José Emmanuel Burle Filho. O gabinete do constituinte Ibsen Pinheiro, aliado de todas as horas, tornou-se uma espécie de QG da Conamp. Ele era um grande articulador político e teve papel decisivo na solução de muitos impasses.

Quais foram as histórias de bastidores mais marcantes?

São tantas! Há uma bastante singular: uma noite, fomos jantar no restaurante La Mamma com o deputado Ibsen Pinheiro, que havia dito que precisávamos conversar. Ele nos contou que Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, havia pedido que construíssemos uma proposta alternativa aos dispositivos de controle externo da atividade policial, porque, como estavam, certamente não passariam. Escrevemos a proposta em um guardanapo do restaurante, e o Ibsen levou ao Cabral. É o atual inciso VII do artigo 129 da Constituição.

Qual é a sua mensagem para os membros do MPDFT de hoje?

Acredito que minha geração deu sua contribuição para formar uma instituição forte e generosa, compromissada com os interesses da sociedade. Sinto-me verdadeiramente recompensada por ter tido a oportunidade de me engajar nessas lutas memoráveis. Também tenho a convicção de que a geração atual está imbuída dos mesmos propósitos de preservar e fortalecer o Ministério Público. Existe um liame de responsabilidades entre as gerações, e cumpre às que vêm receber e aprimorar o legado das que passaram. Minha mensagem aos companheiros de trincheira dos dias contemporâneos é de fé e estímulo. Tenham fé em seu trabalho, acreditem que podem fazer muito pelos cidadãos e pelo país.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em 1989

Foto: arquivo pessoal

Revolução digital

O processo judicial eletrônico iniciou uma nova fase no sistema de Justiça do Distrito Federal

Integrantes do MPDFT e desembargador Flávio Rostirola em celebração de quatro anos do PJe

Foto: arquivo MPDFT

Por Nathalia Saffi

Quem visitasse o MPDFT no dia 19 de fevereiro de 2015, depois das 19h, não imaginaria que um evento histórico estava para ocorrer. Naquela quinta-feira, quando o expediente já se encaminhava para o fim, a então promotora de Justiça Marta Alves da Silva tomou ciência de um mandado de segurança cível encaminhado pelo Tribunal de Justiça. O ato processual corriqueiro seria apenas mais um entre milhares, não fosse por uma diferença: pela primeira vez, um membro do MPDFT era parte em um Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A preparação para esse momento havia começado meses antes, com as primeiras ações de capacitação. Desde a implantação do PJe no TJDFT, o MPDFT já participava, como membro, das reuniões do Comitê Gestor, que conta com representantes do Poder Judiciário, da OAB e da Defensoria Pública. Ainda em 2014, foi apresentada a primeira versão do sistema eGab, pelo qual os processos eletrônicos chegam aos promotores e procuradores de Justiça.

O vice-procurador-geral de Justiça institucional, André Vinícius Espírito Santo de Almeida, recorda os desafios dessa fase de adaptação. “Saímos de um cenário equivalente à construção de um avião em pleno voo para a realidade de sistemas internos maduros e eficientes”, afirma.

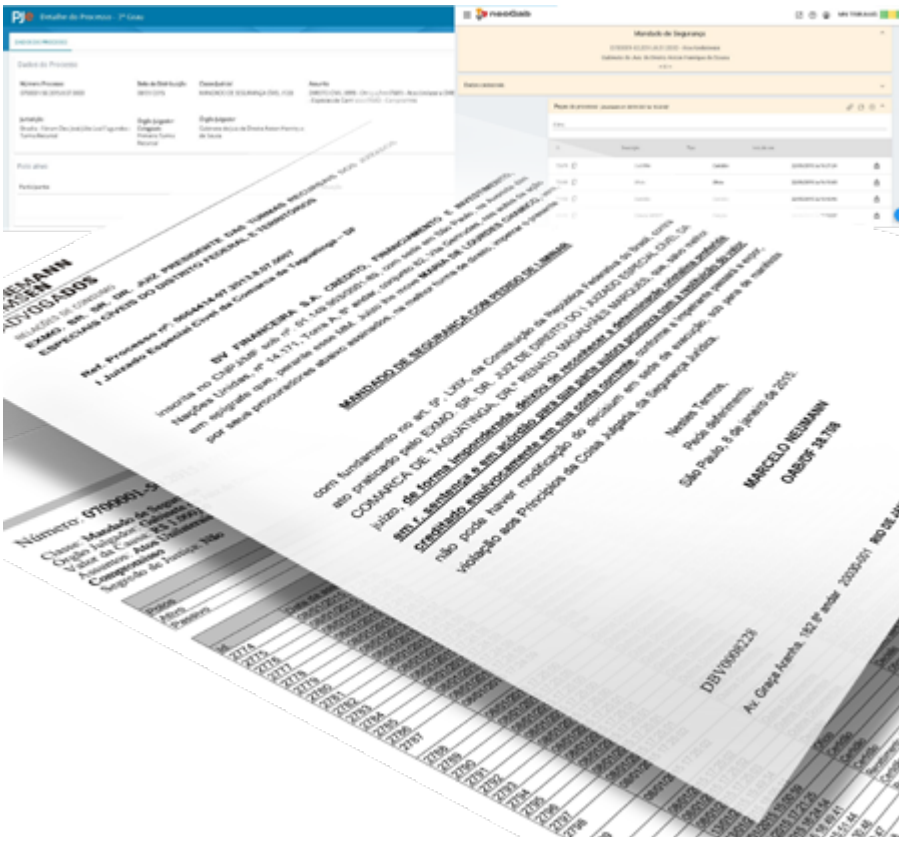
Enquanto mais áreas de atuação eram incluídas no PJe, os sistemas continuavam a ser aperfeiçoados. Em 2016, foi criado o NeoSispro e novas funções foram acrescentadas aos sistemas SisproWeb e eGab para permitir a integração com o PJe do TJDFT. Na mesma época, teve início a disponibilização dos tokens para certificação digital dos membros.

Experiência bem-sucedida

A Assessoria Especial do Processo Eletrônico (Aepe) foi criada em 2017, o que permitiu aprimorar a coordenação dos trabalhos de implantação do PJe no MPDFT, além de viabilizar a capacitação de membros e servidores e a emissão de certificados digitais. A execução de medidas alternativas também passou a

O primeiro PJe a passar pelo MPDFT foi recebido em abril de 2015

Foto: Arte sobre foto de arquivo/MPDFT



ser atendida pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na mesma época.

Em 2018, foi criada a Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional, que, entre as suas atribuições, tem o objetivo de coordenar a implantação do PJe no MPDFT. "Acredito que ganhamos maior autonomia e celeridade na interlocução com órgãos decisivos para o processo eletrônico, como o TJDFT e o Superior Tribunal de Justiça", afirma Almeida.

Com o lançamento do sistema NeoGab, em junho de 2019, foi possível, pela primeira vez, integrar ações de membros e servidores em uma única plataforma. Com o esforço concentrado, as respostas às demandas passaram a ser mais rápidas e o processo de expansão do PJe, mais fácil. A partir do Neogab também é possível aprimorar iniciativas como a atuação estratégica do MPDFT, o teletrabalho e a gestão sustentável de recursos materiais e humanos.

Outro desenvolvimento relevante foi a criação da Coordenadoria Executiva do Processo Eletrônico, em 2020. Essa iniciativa já permitiu a certificação digital de membros e servidores, a homologação de ferramentas, ações de treinamentos e análises de ciência de dados.

As realizações mais recentes foram a implantação do PJe nas Varas Criminais, o desenvolvimento de ferramenta para envio de processos eletrônicos às Câmaras de Coordenação e Revisão e para julgamento nos casos de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), a integração com a Justiça Eleitoral e a criação do Neosigner, tecnologia para a assinatura de peças processuais.

"Saímos de um cenário equivalente à construção de um avião em pleno voo."

Seis anos depois do primeiro processo, 100% dos membros da instituição já foram habilitados a utilizar o PJe e 702 certificados digitais foram disponibilizados. Atualmente, tramitam no MPDFT mais de 477 mil processos eletrônicos e já foram realizadas mais de 1,7 milhão de manifestações. A avaliação do vice-procurador-geral de Justiça institucional é positiva. "Por certo ainda há vários desafios, mas a experiência tem sido muito bem-sucedida e vem permitindo ao MPDFT cumprir suas atribuições constitucionais e legais", conclui.

Patrimônio de todos

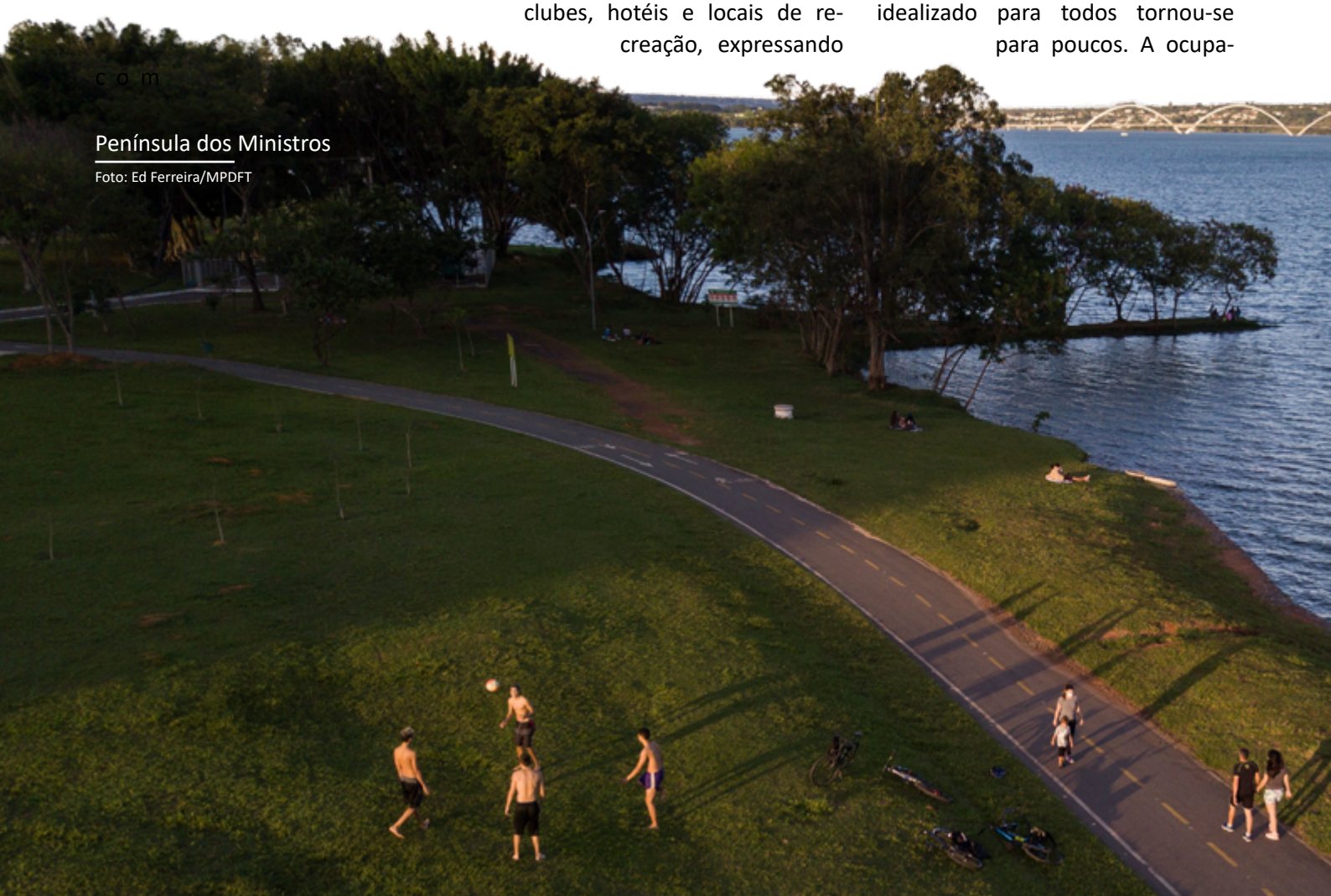
Ao colocar o interesse público e a lei acima de privilégios e classes sociais, a ação para a desocupação das margens do Lago Paranoá fez história

Por Fabíola Almeida

Pedalar, remar, correr e caminhar são as atividades preferidas de quem hoje frequenta o Parque Península Sul. O local oferece uma das mais belas vistas do Lago Paranoá, que pode ser contemplada em passeios pela trilha ou a partir dos píeres. No gramado, é possível tomar sol ou descansar, tendo como plano de fundo a Ponte JK. O espaço, que já esteve fechado por grades e cadeados, com acesso restrito a moradores vizinhos, foi aberto à população em maio de 2018. Essa mudança é resultado do trabalho do MPDFT para a desobstrução da orla, que mudou a paisagem de Brasília e democratizou o acesso ao local.

A história começa em 1957, quando Lúcio Costa ganhou o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital. O urbanista propôs uma orla de livre acesso à população: às margens do lago haveria clubes, hotéis e locais de recreação, expressando a evidente vocação do local para o lazer e a integração social.

Não demorou para que as alterações começassem. O júri do concurso pediu que o urbanista descesse a cidade para mais perto do lago. Conforme Brasília crescia, a pressão privada sobre o lago foi aumentando, enquanto as edificações em áreas de preservação foram sendo permitidas. Vieram as cercas, os jardins, os gazebos, as quadras esportivas e os píeres particulares. O lago idealizado para todos tornou-se para poucos. A ocupa-



Península dos Ministros

Foto: Ed Ferreira/MPDFT

ção irregular somou-se ao impacto ambiental, e o impasse chegou aos tribunais.

Mudança de paradigma

Ao observar a omissão do poder público em barrar a ocupação ilegal da área, o MPDFT iniciou uma investigação em 2004. Naquele ano, foi expedida recomendação ao Distrito Federal para preservar e proteger o meio ambiente da região. Sem resultado, no ano seguinte, foi ajuizada a ação civil pública para a desobstrução da orla do Lago Paranoá.

A inicial foi proposta pela promotora de Justiça Kátia Lemos, então titular da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Prodema). Também assinaram a ação os promotores de Justiça Alexandre Sales, Alessandra Queiroga, Cristina Rasia, Marta Eliana e a então procuradora distrital dos Direitos do Cidadão Ruth Kicis.

"Na minha visão, desde o início, a ação tinha um propósito que ia além de fazer cumprir a lei. Era um propósito moral com a sociedade, uma mudança de paradigma, de romper com privilégios. Tenho muito orgulho de ver, hoje, os resultados alcançados. Eu não imaginava aonde iria chegar. É um exemplo para o país todo", analisa Kátia Lemos.

Segundo a promotora de Justiça, a briga foi pesada desde o início. Além da ação civil pública, ela iniciou 420 processos criminais. "Estudos da Terracap e do Instituto de Criminalística já haviam identificado centenas de construções irregulares, com obstrução em área de preservação, captação irregular de água e outros problemas. Foi um trabalho de mais de dois anos para a elaboração de laudos que deixavam claro para a Justiça a existência de crime ambiental. Nas ações individuais, havia proposta de termo de ajustamento de conduta, mas era preciso que o Estado também fosse responsabilizado por sua omissão. Trabalhamos duro nessas duas frentes", conta.

Em 2011, decisão do então juiz da Vara do Meio Ambiente, Carlos Divino Rodrigues, acolheu parcialmente os pedidos do MPDFT e condenou o Distrito Federal a elaborar e apresentar planos e cronogramas de fiscalização, remoção e recuperação da Área de Preservação Permanente (APP) do Lago Paranoá. Ele reconheceu que a área do lago, situada na região mais valorizada de Brasília, foi, durante décadas, alvo

Em 12 de março de 2015, é assinado acordo parcial no Núcleo de Mediação e Conciliação do TJDFT

Foto: arquivo MPDFT

da apropriação ilegal por particulares. "Não é de hoje, não é deste episódio, nem tampouco do lugar, que os limites da coisa pública e da coisa privada são convenientemente e até dolosamente distorcidos, misturados, de modo a produzir benefícios indevidos a quem se arrasta acima da lei, da ordem e da Justiça", concluiu.

Os percalços foram muitos: ações de proprietários tentaram suspender a execução da sentença e mesmo a competência da Justiça do Distrito Federal para decidir sobre o caso chegou a ser questionada. "As pessoas não acreditavam que isso aconteceria um dia. Muitas ações contestaram a validade da ação civil pública, que foi parar no STJ. O ministro relator reconheceu a competência do Distrito Federal para julgar, reconheceu a sentença e ainda reforçou que se, de fato, houvesse interesse da União, esta teria atuado desde o início", relata o promotor de Justiça Roberto Carlos, titular da 1ª Prodema.

Mais quatro anos se passaram até ser dado o primeiro passo concreto rumo ao cumprimento da sentença. Em 12 de março de 2015, representantes do MPDFT e da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) firmaram acordo parcial para o cumprimento das obrigações determinadas pela Justiça.

"Tivemos grandes dificuldades no cumprimento da sentença", lembra Roberto Carlos Batista. "Só depois que os procuradores do Distrito Federal buscaram o diálogo com o MPDFT, e houve a possibilidade de trabalhar conjuntamente no Núcleo de Mediação do Tribunal de Justiça, é que foi possível avançar. Naquele momento, acreditamos na proposta do Distrito Federal, pedimos a suspensão do processo, e trabalhamos nove meses na elaboração do acordo", explica.

"Embora fosse um acordo parcial, a medida representou o início do cumprimento de determinação há muito perseguida pela coletividade, assegurando a soberania das decisões judiciais e, sobretudo, contribuindo para a manutenção da ordem urbana e ambiental", comenta a promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Luciana Bertini. Ela é titular da 4ª Prodema desde 2012 e, ao lado de Roberto Carlos Batista, assumiu o acompanhamento da ação e de seus desdobramentos sociais e jurídicos.

Desobstrução

Na manhã da segunda-feira 24 de agosto de 2015, a paisagem da beira lago começou a mudar. Tratores e funcionários da Agência de Fiscalização (Agefis) chegaram à QL 12 do Lago Sul por volta das 8h, para começar a remoção de cercas e edificações que chegavam até a margem do lago.

Analistas periciais do MPDFT acompanharam cada etapa. O geólogo Marcos Paixão foi um deles: nas ações de vistoria para fiscalizar o cumprimento do acordo, ele percorreu longos trechos da orla. "Nas conversas com os moradores, me chamou a atenção que boa parte era favorável à desocupação. Também havia preocupação com segurança e vandalismo, mas, para eles, estava claro que a área não era privada e que era o momento de a orla ganhar uma nova função social", avalia.

As operações de desobstrução foram finalizadas em outubro de

Promotores Luciana Bertini e Roberto Carlos Batista em audiência pública sobre uso da Orla do Lago Paranoá, em 15 de março de 2019

Foto: arquivo MPDFT

2017 no Lago Norte e em dezembro do mesmo ano no Lago Sul. De acordo com os dados do GDF, 454 lotes foram recuados. Cerca de R$ 2 milhões foram destinados à recomposição da flora degradada pela ocupação irregular. Os recursos vieram de medidas alternativas aplicadas pelo MPDFT aos proprietários das casas e foram destinados ao Fundo Único do Meio Ambiente (Funam/DF) para a contenção de processos erosivos, a revegetação e a revitalização de corredores ecológicos.

"Era um propósito moral com a sociedade, uma mudança de paradigma, de romper com privilégios."

Com as áreas sendo liberadas e recuperadas, o passo seguinte seria transformar a margem do lago em ponto de encontro acessível e com opções de lazer. Em abril de 2018, foi anunciado o plano escolhido, que previa equipamentos de lazer e restaurantes em 38 dos 109 quilômetros de perímetro do espelho-d'água, além da ampliação das ciclovias, da construção de uma praia artificial e até de uma roda gigante panorâmica.

Na avaliação da Prodema, nenhuma das três obrigações impostas com a condenação foi integralmente cumprida: desocupar, recuperar e fiscalizar. Ainda existem temas que não estavam no acordo parcial assinado em 2015 e que terão que ser enfrentados. "A democratização de uma área de preservação permanente exige ajustes e cuidados para que a população possa ocupá-la em harmonia com o meio ambiente. A atuação do Ministério Público só estará concluída quando toda a área for completamente recuperada", diz a promotora de Justiça Luciana Bertini.

Brasilienses aprovam

Pesquisa de opinião da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) mostra que 80% da população avalia de forma positiva as ações de desocupação e recuperação da orla do Lago Paranoá. Levantamento feito em 2017 também registrou que 85% dos entrevistados achavam a ação necessária, apesar de 52% acreditarem que a operação não resolveu o problema.

Marcelo Ottoni é fundador e presidente do Movimento Ocupe o Lago, que promove ações de conscientização ambiental. A organização foi criada em 2013 e seus representantes acompanharam e apoiaram a ação do MPDFT. Para ele, é importante que os espaços desobstruídos sejam cuidados e ocupados com a participação da comunidade. "Temos ótimos exemplos desse engajamento, como a criação dos parques Asa Delta e Península Sul, que hoje têm ciclovia e pista de caminhada", afirma. E ele ainda compartilha um sonho: "um dia poder pedalar por uma longa ciclovia que vai margear os 80 km do Paranoá". Hoje, ele sabe que não sonha sozinho.

60 anos em números

Regiões Administrativas (antes Cidades-Satélites)

1976: 8
2020: 33

População

1960: 141.742
2020: 3.055.149

Fonte: IBGE

Domicílios ocupados

1960: 26.927
2020: 883.437

Fonte: Codeplan

Infraestrutura urbana

População atendida por rede de esgoto
1975 : 49.500 pessoas
2020: 2.727.942 pessoas

População atendida por rede de água
1975: 755.333 pessoas
2020: 3.024.597 pessoas

População atendida por rede de energia elétrica (antes iluminação pública)
1975: 778.268 pessoas
2020: 3.025.819 pessoas

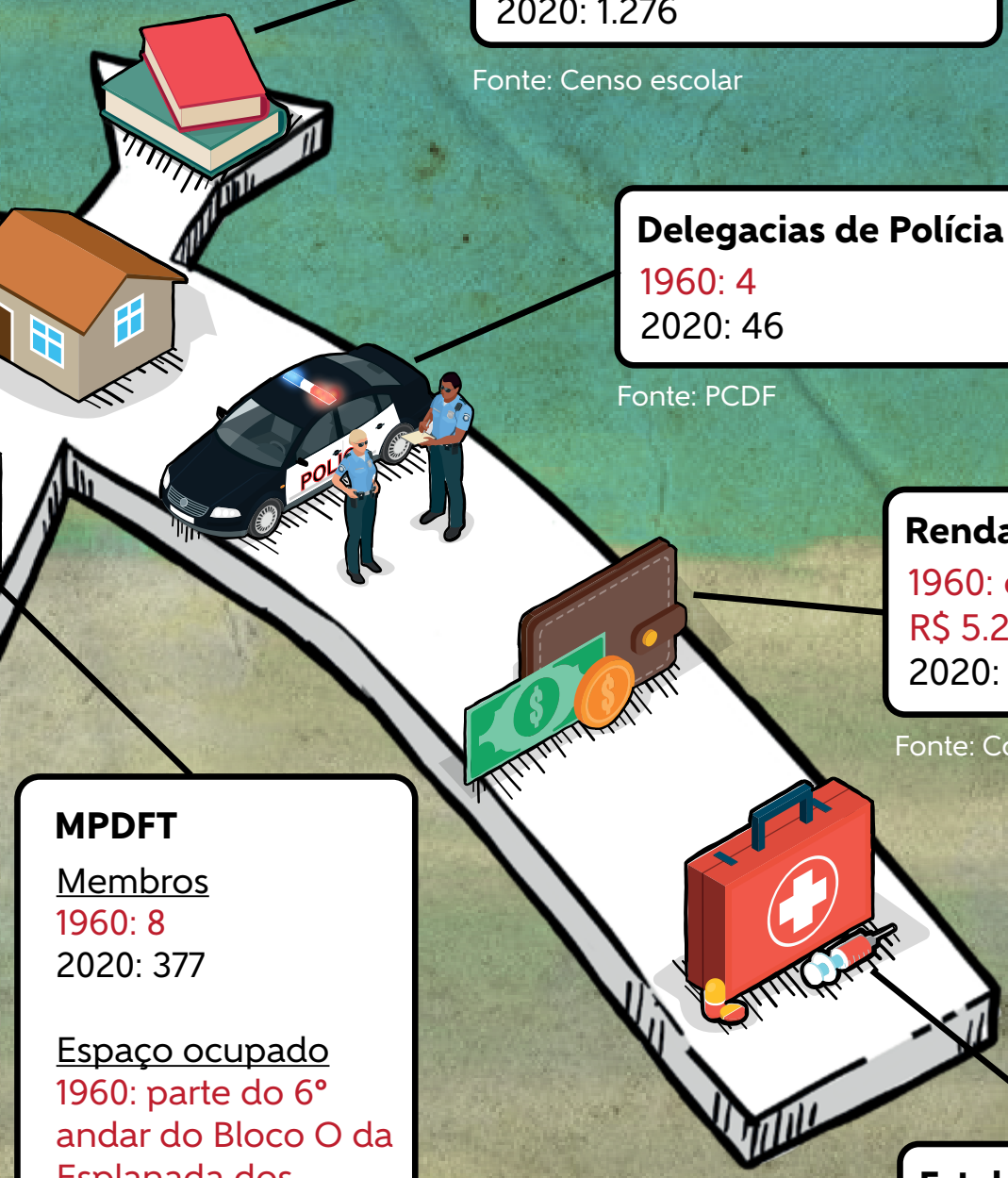
Fonte: Codeplan

Densidade demográfica
1960: 24,38 habitantes/km²
2020: 444,66 habitantes/km²

Fonte: IBGE

Escolas públicas e privadas
1977: 298
2020: 1.276

Fonte: Censo escolar



Delegacias de Polícia
1960: 4
2020: 46

Fonte: PCDF

Renda per capita anual
1960: equivalente a R$ 5.228,00
2020: R$ 80.502,47

Fonte: Codeplan

MPDFT

Membros
1960: 8
2020: 377

Espaço ocupado
1960: parte do 6° andar do Bloco O da Esplanada dos Ministérios
2020: 101.275,03 m²

Número de júris
1961: 4
2020: 289

Estabelecimentos de saúde
1977: 82
2020: 1.756

Fonte: IBGE

Filho da casa

O ministro do STJ gosta de cozinhar e já se aventurou de moto pela Rota 66. Em conversa com a equipe da Revista Memória, ele mostra como a experiência no MPDFT marcou toda sua vida

Por Daniella Carvalho

A história do mineiro Rogerio Schietti Machado Cruz sempre esteve ligada ao Ministério Público. Começou cedo, aos 14 anos, quando foi estagiário da Defensoria Pública do Distrito Federal. Naquela época, as funções do órgão eram exercidas pelo Ministério Público. Ele acredita que essa primeira experiência agregou muito a sua trajetória profissional. "Esse período foi fundamental na formação da minha personalidade e na visão da Justiça que tenho hoje."

Foi como estagiário que conheceu o amigo José Firmo Reis Soub, hoje procurador de Justiça. Ele era então um dos coordenadores do estágio na Defensoria Pública. Na época, o jovem não imaginava que, anos mais tarde, Firmo seria seu vice quando ocupou o cargo de procurador-geral de Justiça, entre 2004 e 2006.

Antes de se formar em Direito, no UniCeub, em 1984, Schietti trabalhou como menor-estagiário, escriturário e caixa do Banco do Brasil e, depois, como advogado. A posse como promotor de Justiça ocorreu em 1987. Naqueles tempos, a carreira do Ministério Público ainda não era das mais atraentes, mas Schietti decidiu aceitar o desafio.

O ministro guarda com carinho a lembrança dos amigos que fez, dos campeonatos de futebol que terminavam em churrascos animados e do trabalho em um Ministério Público bastante diferente do atual. Ele ri ao contar que o percurso entre o Plano Piloto e a Promotoria de Planaltina era feito em uma Kombi, que levava estagiários, servidores e promotores de Justiça. "Era uma experiência bacana, eu morava na Asa Norte e a gente vinha conversando",

Rogerio Schietti foi membro do MPDFT por 26 anos

Fotos: Ed Ferreira/MPDFT

Schietti guarda com carinho a lembrança dos amigos que fez, dos campeonatos de futebol que terminavam em churrascos animados e do trabalho em um Ministério Público bastante diferente do atual.

lembra. Nessa história que sempre dá voltas, anos mais tarde, coube a ele, como procurador-geral de Justiça, inaugurar a sede do MPDFT naquela cidade.

No período em que comandou o MPDFT, Schietti escolheu os direitos humanos como foco de sua administração. Para concretizar esse trabalho, as promotorias de Justiça foram estimuladas a eleger a criança e o adolescente como prioridade de atuação. Na época, um projeto institucional também passou a oferecer estágio para adolescentes em conflito com a lei. "Era uma maneira de mostrar que o Ministério Público não tem como função apenas punir, e oferecia uma chance para que o jovem não voltasse a praticar atos infracionais", ressalta.

Magistratura

Especialista em direito processual, mestre e doutor, Schietti tomou posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em agosto de 2013. Ele é um dos integrantes da 6ª Turma, dedicada a ações penais. A experiência em outras áreas do Direito trouxe a bagagem para o desafio atual. "Passei por todas as carreiras mais diretamente relacionadas à Justiça, o que me permitiu uma visão de mundo diferente e que, talvez, alguns colegas juízes não tenham".

Schietti conta que, em debate sobre prazos para a interposição de recursos e a qualidade da intervenção do Ministério Público no STJ, teve a oportunidade de usar a experiência adquirida como promotor e procurador de Justiça. Foi preciso esclarecer as atuações distintas do Ministério Público estadual e do federal. "Foi um trabalho de convencimento importante porque, quando o Ministério Público estadual atua no STJ na área criminal, o faz na qualidade de parte. Já o federal, quase sempre, age como fiscal do Direito. São duas atuações distintas e uma não substitui a outra", esclarece.

A carreira na magistratura fez com que o tempo livre ficasse escasso, mas o amor pela boa cozinha persiste. "Hoje, meu prazer é receber amigos, fazer um jantar e beber um bom vinho. É uma forma de me doar para quem estou servindo", acredita. A paixão pela velocidade, ao menos por enquanto, está guardada na memória. O sonho de motociclista foi realizado em 2008, ao percorrer a famosa Rota 66, nos Estados Unidos. Junto com um grupo de amigos, em uma Honda Shadow, ele atravessou oito estados americanos em uma viagem de Chicago a Los Angeles.

Por que o MPDFT?

Membros e servidores, recém-chegados ou com décadas de experiência. Todos tiveram um motivo especial para escolher trabalhar no MPDFT

Luanda de Carvalho: servidora, 23 anos de MPDFT

Ingressei no MPDFT motivada pela admiração que já tinha pela instituição. É uma honra ser servidora de um órgão responsável pela proteção dos direitos do cidadão e pela promoção da justiça. Tive a oportunidade de trabalhar com pessoas maravilhosas, que sempre contribuíram para o meu desenvolvimento. São anos de desafios e aprendizados. Tenho também a felicidade de cultivar laços de amizades que se estendem além do local de trabalho, o que traz orgulho e uma grande satisfação em fazer parte da família MPDFT.

Rômulo Douglas Gonçalves de Oliveira: promotor de Justiça, 29 anos de MPDFT

Eu almejava trabalhar pela minha cidade natal, Brasília, e colaborar para uma justiça mais equânime e eficaz. Nesse órgão, mais que oferecer meus conhecimentos, aprendi muito sobre as pessoas, seus conflitos, suas alegrias e tristezas. Após enfrentar os desafios diários em

“Muito fiz pelo MPDFT, mas muito mais recebi.”

“O Ministério Público é meu ponto, é minha condução, é minha casa, é minha família.”

diversas promotorias, reafirmo com alegria que valeu a pena. Muito fiz pelo MPDFT, mas muito mais recebi. Aqui construí minha vida e encontrei o que pretendia em termos humanos e profissionais. Valeu e vale a pena ser promotor de Justiça.

Erasmo Brandão de Souza: servidor, 38 anos de MPDFT

Minha opção pelo Ministério Público não foi minha. Fui enviado para o Ministério Público, aceitei e fiquei. Hoje em dia, o Ministério Público é meu ponto, é minha condução, é minha casa, é minha família. É minha vida. Os servidores do Ministério Público para mim são uma família. Sem o Ministério Público, sem os servidores, sem os membros, eu acho que hoje em dia eu não seria quase ninguém. O Ministério Público é tudo pra mim.

Luiz Fernando Guimarães de Almeida: promotor de Justiça, dois anos de MPDFT

Em 2011, o MP cruzou minha via para não mais sair. Naquele ano, ingressei como estagiário na instituição em que encontraria realização profissional e à qual passaria a dedicar o melhor de meus esforços. Em dezembro de 2017, eu me tornei membro do MPDFT e, desde então, tenho a possibilidade de trabalhar para a construção de uma sociedade mais justa. A indignação com a indiferença, o desejo por mudanças e a crença na democracia foi o que me animou a ingressar na instituição e é o que me mantém otimista.

Ísis Guimarães de Azevedo: procuradora de Justiça, 43 anos de MPDFT

Desde que concluí a faculdade de Direito, em 1975, o desejo de promover a justiça junto à sociedade sempre foi muito presente. Em 1976, com a abertura do concurso para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, vislumbrei a oportunidade de realizar de forma concreta a promoção dos direitos e garantias individuais, e até hoje nunca me arrependi da escolha.

"Quando entrei, minha expectativa era de ter reconhecimento profissional e um bom ambiente de trabalho, e foi isso que encontrei."

Frederico Sarcinelli Gomes: servidor, completará um ano de MPDFT em maio de 2021

É um prazer fazer parte de uma instituição de tamanha importância para a sociedade como o MPDFT. Apesar do pouco tempo, já vejo como o órgão cuida de seus servidores e se preocupa em fornecer o suporte de que precisamos para nos sentirmos bem no trabalho. Quando entrei, minha expectativa era de ter o devido reconhecimento profissional e um bom ambiente de trabalho, e foi exatamente isso que encontrei. Obrigado a todos os colegas que se esforçam para construir um serviço público melhor!

Rosilda Alves de Oliveira: servidora, 25 anos de MPDFT

Cheguei ao MP vinda de um órgão do Executivo, onde a rotina e o ritmo de trabalho me desestimulavam. Logo percebi que aqui o clima entre os servidores era amigável, as pessoas desempenhavam suas funções com alegria e cooperação, e isso me encantou. Com o tempo, entendi que o que mais motivava a mim e aos meus colegas era o investimento do MP para melhorar o clima organizacional e a qualidade de vida de seus integrantes. Não tive dúvidas, era aqui que eu queria ficar até a aposentadoria!

“Percebi que as pessoas trabalhavam com alegria e cooperação.”

Marta Eliana de Oliveira: procuradora de Justiça, 29 anos de MPDFT

Tão logo me formei em Direito, ingressar no MPDFT passou a ser meu grande sonho. Desde criança eu não tolerava injustiças, sobretudo com os mais fracos: de pessoas a animais. Não conseguia ser isenta em uma sociedade tão desigual. Com a Constituição de 1988, a vocação para a carreira restou ainda mais evidente, pois teria a oportunidade de defender a coletividade na terra que me acolheu. Sendo apaixonada pelo Cerrado, entre as muitas realizações que tive, a maior delas foi ter atuado na defesa do meio ambiente do Distrito Federal.

Em nome da vida

No ano em que comemorou seis décadas de sua transferência para Brasília, o MPDFT se viu diante de um dos maiores desafios de sua história

Por Elisa Salim e Fabíola Almeida

Historiadores do futuro certamente lembrarão de 2020 como o ano da pandemia de Covid-19. Em todo o mundo, a vida das pessoas foi transformada pela necessidade de conter a doença. A rotina do MPDFT também mudou: em poucos dias, 98% dos quase 2.500 integrantes da instituição passaram a trabalhar de forma remota para manter o isolamento social.

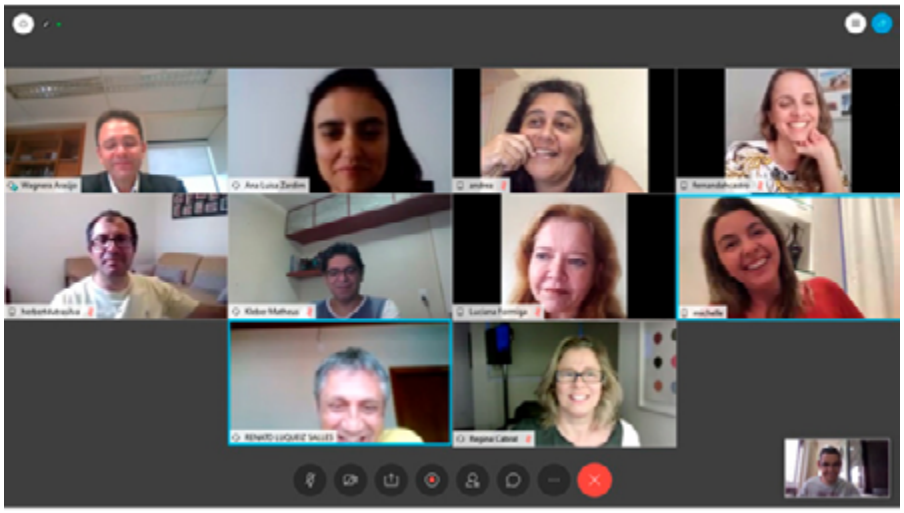
Mesmo à distância, o trabalho não diminuiu. Foi preciso buscar respostas rápidas, principalmente nas áreas de comunicação e tecnologia, para dar continuidade ao serviço prestado à população. Para a procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, trata-se de uma revolução. "Apesar das circunstâncias, fomos ainda mais produtivos em 2020. O número de ações judiciais, de manifestações em processos eletrônicos e de atendimentos na Ouvidoria são contundentes nesse sentido. Houve igualmente uma economia considerável de recursos materiais", destaca.

Além de manter o funcionamento adequado da instituição, os integrantes do MPDFT perceberam que o trabalho do órgão também seria fundamental para enfrentar a pandemia recém-declarada. Por isso, foi criada, em 23 de março de 2020, a força-tarefa com o objetivo de fiscalizar as medidas tomadas pelo governo local e fomentar políticas públicas de combate à doença.

Mais de 30 promotores e procuradores de Justiça, de 23 áreas de atuação, foram responsáveis por mais de 800 iniciativas apenas no primeiro ano da força-tarefa. Foram ofícios, notas técnicas, recomendações e vistorias em hospitais, estádios, escolas, presídios e no sistema de transporte.

Desafios

Por meio da interlocução com os envolvidos no combate à doença, foi possível buscar soluções para os desafios que se apresentaram: desde a disponibilização de dados atualizados sobre infectados, óbitos e leitos de UTI até o processo de vacinação. "Logo no início dos trabalhos, tivemos a preocupação de cobrar do governo do Distrito Federal medidas de transparência. Muito do que a sociedade sabe hoje sobre o assunto é resultado de iniciativas impul-



Membros e servidores se reúnem em trabalho remoto

Foto: arquivo MPDFT

Integrantes da força-tarefa debatem medidas de enfrentamento à Covid

Foto: arquivo MPDFT

Promotores e procuradores de Justiça de 23 áreas de atuação foram responsáveis por mais de 800 iniciativas apenas no primeiro ano da força-tarefa.

sionadas pelo trabalho do MPDFT", explica o coordenador da força-tarefa, procurador de Justiça Eduardo Sabo.

Na posição de secretário executivo da força-tarefa, o promotor de Justiça Bernardo Matos conta que "já no primeiro momento, era possível enxergar algumas das principais características que iriam guiar a atuação do MPDFT: transparência, diálogo e multiplicidade de frentes, uma vez que um problema multifacetado demanda uma resposta também multifacetada", avalia.

Com a missão de atuar na proteção dos idosos, grupo de alto risco para a Covid-19, a promotora de Justiça Maércia Correia de Mello afirma que o apoio dos integrantes da força-tarefa foi crucial. Logo no início da vacinação, foi requisitado que a Secretaria de Saúde aumentasse o número de postos de vacinação, o que contribuiu para reduzir aglomerações. "Tudo isso resultou em ganhos efetivos para a população idosa, minimizando o impacto da pandemia."

A importância de cuidar das pessoas mais vulneráveis foi um dos norteadores do trabalho da força-tarefa. A promotora de Justiça Hiza Carpina se lembra do momento em que a equipe percebeu que a Secretaria de Desenvolvimento Social ainda não tinha um plano de enfrentamento estruturado. "Recomendamos a criação de um plano de contingência para políticas de assistência social durante a pandemia", explica. Criado o plano, a força-tarefa também acompanhou de perto sua execução.

Os desafios também foram além do trabalho. A promotora Claudia Tomelin, que coordenou o Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri), conta que foi preciso lidar com adversidades tanto no campo profissional quanto no pessoal. "Muitos parentes de presos reclamavam que não conseguiam ter notícias de seus entes queridos, por isso nós cobramos a criação de um canal de comunicação com os familiares. Nesse meio tempo, perdi uma das pessoas mais importantes da minha vida, que contraiu Covid-19, e senti na pele a dor e a ansiedade dos parentes dos internos", conclui.

Seis décadas de história

Década de 1960

Grupo que compôs a 1ª Correição dos Territórios Federais, 1964. Em destaque, da esquerda para a direita José Júlio Guimarães Lima, procurador-geral de Justiça do MPDFT à época, e José Lourenço de Araújo Mourão, transportados em caminhão em Caracaraí (RR)

Foto: arquivo MPDFT

Década de 1970

Motorista Gabriel Jorge dos Santos, integrante do 1ª Setor de Transporte do MPDFT, em 1970

Foto: arquivo MPDFT

Década de 1980

Posse de quinze novos defensores, 1983. Da esquerda para a direita: Odete Alves Camelo; Alcides Martins; Adelangela Saggioro Garcia; Gilberto Pereira de Oliveira; Lúcia Glória Bastos Alves; José Dilermando Meireles; Drª Heloisa Carlos Magno Correia; Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos; Elza Rodrigues Lugon; José Eduardo de Melo Leitão Salmon: José Divino de Oliveira; José de Sousa Antunes; José Raimundo Xavier; Francisco Cauby Saraiva Franco; Renato Sócrates Gomes Pinto; Brasilino Pereira dos Santos

Foto: arquivo MPDFT

Década de 1990

Inauguração da Promotoria de Justiça de Taguatinga, em abril de 1999. Primeira sede do MPDFT fora do Plano Piloto. Em destaque, da esquerda para a direita: vice-governador do Distrito Federal, Benedito Domingos, procurador-geral da República Geraldo Brindeiro e procurador-geral de Justiça Humberto Adjuto Ulhoa

Foto: arquivo MPDFT

Década de 2000

Ação do projeto institucional "MP de Portas Abertas", que permitia aos cidadãos conhecer a instituição por meio de palestras, vídeos, oficinas, peças de teatro e atendimento ao púlico em estandes montados para aproximação com a comunidade. Estudantes do ensino médio, graduandos em Direito, representantes de ONGs e a população em geral participavam do evento.

Foto: arquivo MPDFT

Década de 2010

Inauguração da segunda etapa da Sede, em agosto de 2012. Em destaque, Eunice Pereira Amorim Carvalhido, procuradora-geral de Justiça à época, ao lado de Marluce Aparecida Barbosa Lima, primeira mulher a ocupar o cargo de procuradora-geral de Justiça.

Foto: arquivo MPDFT

MPDFT 60 ANOS

MPDFT Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade.

Ouvidoria MPDFT

127

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500 | www.mpdft.mp.br

mpdftoficial mpdftoficial mpdft mpdftoficial